

MDS
Auto

Insurance
& Risk
Consultants

Relatório de Gestão 2019

MDS Auto-Mediação de Seguros, S.A.



**We
will be
there.**



Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019.

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1. Mundo

O ano de 2019, em termo económicos, foi marcado por níveis de incerteza decorrentes de tensões geopolíticas. As tarifas comerciais permaneceram no topo da agenda mundial, com as negociações entre os EUA e a China a terem momentos de tensão acentuada, mas a fecharem o ano com progressos significativos que levaram à assinatura da primeira fase do acordo comercial já no início de 2020. As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia também viram muitos avanços e retrocessos em 2019, mas a vitória dos Conservadores, sob a liderança de Boris Johnson, nas eleições nacionais do Reino Unido, abriu caminho para o fim do impasse no parlamento Britânico e permitiu a aprovação do Acordo de Saída no final de 2019, com efeitos práticos a 31 de janeiro de 2020. Desta forma, os desenvolvimentos no final de 2019 aliviaram a incerteza, permitindo que o ano encerrasse numa nota positiva, refletida na melhoria do sentimento dos mercados financeiros.

Em geral, a Economia Mundial prolongou a sua evolução positiva em 2019, ao registar uma taxa de crescimento de +2.9%, sendo, no entanto, a mais baixa observada desde a Crise Financeira Mundial de 2009. Este abrandamento foi registado tanto nos Mercados Avançados como nos Mercados Emergentes e em Desenvolvimento. A atividade no setor industrial foi particularmente afetada por um comércio internacional desencorajador relacionado com a elevada incerteza política, levando ao enfraquecimento da produção industrial ao longo do ano. Em contraste, os serviços permaneceram amplamente resilientes, apoiados por condições de trabalho restritivas e por níveis de confiança dos consumidores relativamente elevados.

Na Zona Euro, o crescimento económico foi de +1.2% em 2019. As incertezas em torno do Brexit e da disputa EUA-China, tiveram como efeito um contexto externo mais incerto e penalizaram o comércio e o investimento. Isto foi particularmente negativo para o setor industrial Europeu, em especial para a indústria automóvel, que enfrenta também transformações estruturais tais como uma legislação mais restritiva e mudanças nas



preferências dos consumidores. Em contraste, os mercados de trabalho permaneceram fortes em 2019, apoiando uma expansão sólida da procura interna. Como resultado, a taxa de desemprego caiu abaixo dos níveis pré-crise, fechando 2019 em 7.6%. O BCE continuou a sua política monetário expansionista, sendo que uma das últimas decisões do Presidente do BCE antes da sua saída, foi a introdução de um pacote de estímulos monetários adicional e o relançamento do Programa de Compra de Ativos, de forma a combater os níveis baixos de inflação, que fechou o ano de 2019 em +1.2% (vs. +1.8% em 2018).

1.2. Portugal

Em Portugal, o crescimento económico, medido pelo aumento do PIB, continuou o seu sentido positivo em 2019 (+2.0%), apresentando, no entanto, um certo amadurecimento do ciclo económico e refletindo o maior grau de incerteza do contexto externo. O investimento, contudo, ganhou força em 2019, impulsionado pelo dinamismo no setor da Construção. As complicações internacionais afetaram o setor industrial e as exportações, no entanto, os serviços permaneceram resilientes. As condições do mercado de trabalho melhoraram ainda mais em 2019, apesar da criação de emprego ter abrandado, levando a taxa de desemprego para o nível mais baixo das últimas quase duas décadas anos (6.6%). Apesar de as condições do mercado de trabalho continuarem a apertar, as reduções do preço da energia, juntamente com algumas medidas administrativas, fizeram com que a taxa de inflação descesse para +0.3% em 2019 (vs. +1.2% em 2018).

O consumo privado manteve um ritmo robusto ao longo de 2019, embora abaixo do crescimento registado em 2018 (+2.3% em 2019 vs. +3.1% em 2018). O dinamismo do consumo foi sustentado pelo aumento expressivo do rendimento disponível, impulsionado pelo aumento do salário mínimo e pela dinâmica positiva de criação de emprego, num contexto de elevada confiança dos consumidores. As condições financeiras favoráveis, com taxas de juros em níveis históricos muito reduzidos, também abriram caminho para a manutenção de condições de crédito ao consumo amplamente favoráveis e promoveram simultaneamente o aumento dos preços imobiliários, o que proporcionou um incentivo acrescido nas dinâmicas de consumo.

O abrandamento nas despesas das famílias foi muito mais pronunciado nos bens duradouros, visto que a maior parte da procura reprimida durante o auge da crise parece já ter sido libertada. Por exemplo, as vendas de automóveis de passageiros diminuíram -2.0% em 2019 (vs. +2.6% em 2018), contraindo-se pela primeira vez desde 2012. No retalho, o crescimento total das vendas abrandou, influenciado também por níveis de inflação mais baixos, tanto nos



alimentos, bebidas e tabaco (+3.9% em 2019 vs. +4.9% em 2018) como nos Produtos não-alimentares (+2.6% em 2019 vs. +5.0% em 2018).

2. Evolução do Mercado Segurador

De acordo com dados provisórios publicados pela ASF, em 2019, a produção de seguro direto em Portugal registou um valor de cerca de 12.2 mil milhões de euros, o que se traduz num decréscimo face a 2018 de -5,8%. Esta evolução inverte a tendência observada em 2018 de crescimento (mercado tinha crescido +11,1% face ao ano anterior).

O Ramo Vida apresentou uma contração significativa, tendo a produção decrescido -13,9%, e o Ramo Não Vida registou um crescimento durante o ano de 2019 de +7,4%, acompanhando a melhoria da conjuntura económica.

A contração observada na produção do Ramo Vida durante o ano de 2019, foi sustentada sobretudo pelo decréscimo nos seguros de vida (-16,9% vs. 2018), os quais representam cerca de 76% da produção do respetivo ramo segurador. Os Contratos de Investimento, que representam aproximadamente 24% da produção do Ramo Vida, tiveram um desempenho distinto, com um decréscimo da respetiva produção em -3,4% face a 2018, atingindo cerca de 1.7 mil milhões de euros.

No Ramo Não Vida, a produção em 2019 atingiu os cerca de 5.2 mil milhões de euros, o qual representa um acréscimo de -8,0% em comparação com o ano anterior. Os ramos de Acidente e Doença e Automóvel, que conjuntamente apresentam um peso de 73% da produção do Ramo Não Vida, foram os segmentos que mais contribuíram para este aumento em 2019 com um aumento de 293 milhões de euros.

Os prémios brutos do seguro automóvel atingiram os 1.8 mil milhões de euros, um aumento de +7,0% face a 2018, tendo-se observado e face a 2018, um aumento de +9,7% no ramo de Acidentes e Doença, levando os prémios brutos deste ramo para um valor superior a 1.9 mil milhões de euros. Dentro deste último segmento e em linha com a recuperação económica observada em Portugal, destaca-se o segmento de Acidentes de Trabalho, linha que mais contribuiu para o crescimento, com uma variação positiva superior a +11,8% face ao ano passado.



3. Atividade da MDS Auto

Verificando-se uma crescente competitividade no mercado do seguro automóvel, com consequente exigência de inovação nos seus serviços prestados, em 2019 a MDS Auto manteve-se ativa no desenvolvimento de parcerias com empresas de referência no setor automóvel, a fim de proporcionar melhores soluções de seguros aos seus clientes, atendendo às suas necessidades de forma mais personalizada e integrada. No contexto da gestão e desenvolvimento de parcerias a MDS Auto apoiou e marcou presença no Toyota Day 2019, na Caetano Market (Porto e Lisboa) e na Convenção da Anecra - Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel.

No decurso da sua atividade em 2019, a MDS Auto promoveu um conjunto de formações junto dos seus parceiros da área de Car Dealerships, nomeadamente dos Gestores de Negócio/vendedores, bem como promoveu, no âmbito do seu protocolo conjunto com a Anecra, a criação de uma solução exclusiva do Seguro de Responsabilidade Ambiental garantindo uma proteção alargada e um preço competitivo ajustada aos negócios dos seus clientes.



4. Desempenho Operacional

A melhoria progressiva verificada na economia portuguesa e nas condições do mercado de trabalho, aliada ao crescimento das vendas de automóveis e ao alargamento do âmbito da atividade da empresa à intermediação de seguro de cobertura de crédito ao consumo, proporcionou à MDS Auto um ambiente favorável ao seu desempenho, verificando-se um volume de negócios em 2019 de 4.175.710,53 euros, evidenciando um crescimento de 11,6% face a 2018.

No que respeita à estrutura de custos operacionais, esta apresentou um aumento em linha com o crescimento das receitas motivado pelo aumento dos FSE's que representaram 62,1% do volume de negócios total em consequência do alargamento do âmbito da atividade da empresa tal como já referido. De forma inversa verificou-se uma diminuição do peso dos custos com pessoal em 2019 em 0,9 pontos percentuais pelo fato de não ter sido necessário recorrer a recrutamento adicional de recursos humanos para suportar o crescimento da atividade da empresa.

Assim, em 2019 o EBITDA cresceu 13,6%, e a Margem EBITDA, que já nos últimos anos tinha evidenciado valores significativamente positivos, volta a destacar-se em 2019, com um valor de 25,9%, demonstrando uma estrutura consolidada ao nível das operações da MDS Auto e a sua capacidade de geração de cash-flows.

O Resultado Líquido de 2019 situou-se nos 823.377,20 euros, um acréscimo de 14,9% face a 2018.

Os principais indicadores da atividade da MDS Auto em 2019 são expostos na Tabela 1, imediatamente abaixo:

Valores em euros	2019		2018		Δ 19/18
Volume de Negócios	4 175 711	100,0%	3 740 952	100,0%	11,6%
Outros (proveitos) /custos operacionais	-17 866	0,4%	-26 492	0,7%	-32,6%
EBITDA	1 081 961	25,9%	952 362	25,5%	13,6%
Resultados Financeiros	1 029	0,0%	2 179	0,1%	-52,8%
Imposto sobre o rendimento	-237 538	5,7%	-215 845	5,8%	10,1%
Resultado Líquido	823 377	19,7%	716 622	19,2%	14,9%

Tabela 1 - Principais Indicadores MDS Auto (2019 vs. 2018)



5. Política de gestão de risco

A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2019, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 823.377,20 euros (oitocentos e vinte e três mil trezentos e setenta e sete euros e vinte cêntimos), o qual propõe que seja aplicado da seguinte forma:

Dividendos:	€1.250.000,00
Outras Reservas:	- €426.622,80
	<u>€823.377,20</u>

7. Perspetivas 2020

Após um ano marcado pela boa performance, denotando a estratégia de consolidação de posição no mercado segurador para o segmento automóvel por parte da MDS Auto, a Empresa continuará em 2020 focada em manter e melhorar o desempenho alcançado. Para tal, continuará a centrar a sua atenção no Cliente, melhorando o seu nível de serviço, não só através de uma maior eficiência na capacidade de resposta, tornando-a mais célere, como através de uma oferta adaptada às necessidades de cada cliente e à evolução do próprio mercado. Por sua vez, apesar de se prever um crescimento da atividade económica para 2020, com uma aproximação progressiva à média do crescimento da área do euro, as vendas de automóveis poderão ressentir-se do comportamento da carga fiscal.



A MDS Auto continuará ainda a acompanhar as novas tendências do setor, estando alerta para novas necessidades de adaptação e inovação. Face ao dinamismo observado, incitado pelo desenvolvimento tecnológico, pela transformação digital a até pela “inteligência artificial”, verifica-se ao nível da oferta a introdução de características únicas e inovadoras, quer no que respeita a processos gestão de sinistros, quer a canais de distribuição seguros e novas coberturas adaptadas a estas novas realidades, as quais são relevantes e refletidas a fim de serem incorporadas na estratégia de longo prazo da MDS Auto.

8. Principais Eventos Subsequentes em 2020

O Conselho de Administração da MDS Auto, tem acompanhado em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de Covid-19, seguindo atentamente a posição das entidades competentes nacionais e internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a European Centre for Disease Prevention and Control, bem como da Direção Geral de Saúde Portuguesa.

Tendo por base a melhor informação disponível à presente data, não nos é possível estimar com fiabilidade os impactos económicos que as medidas tomadas pelas autoridades nacionais e internacionais no âmbito das ações de contenção à propagação do novo Coronavírus - COVID 19 poderão ter na MDS Auto. Contudo, estima-se que o impacto de tais medidas, não colocarão em causa a continuidade das operações, o cumprimento dos compromissos assumidos e/ou a situação de tesouraria (liquidez) da Sociedade.

9. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos acionistas pela confiança e contributo para este projeto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Porto, 07 de Abril de 2020



**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO
(Art. 447º CSC)**

José Diogo Carneiro de Araujo e Silva (Presidente) – Não tem ações nem obrigações.

Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos (Vogal) – Não tem ações nem obrigações.

Carlos Sergio Pinto de Sousa Barros (Vogal) – Não tem ações nem obrigações.

**FISCAL ÚNICO: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda. representada pelo Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou
pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia** – Não tem ações nem obrigações.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS DA
MDS – Auto Mediação de Seguros, S.A.
(Art. 448º CSC)

Acionistas	Ações			
	Detidas	Adquiridas	Vendidas	Detidas
	31-12-2018	Em 2019	Em 2019	31-12-2019
MDS SGPS, SA	250.050	0	0	250.050
Salvador Caetano Auto SGPS, SA	249.950	0	0	249.950





O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



(José Diogo Carneiro de Araujo e Silva)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

(Carlos Sergio Pinto de Sousa Barros)

mdsauto@mdsinsure.com

Tel (+351) 22 608 24 10

Av. da Boavista 1277/81, Piso 0 • 4100-130 Porto • Portugal

Portugal | Brasil | Angola | Moçambique | Espanha | Reino Unido | Suíça | Malta

MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 1º – 4100-130 Porto

Capital Social 500.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2019

DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- a Mds SGPS, S.A. possui 250.050 ações, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 249.950 ações, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,



(José Diogo Carneiro de Araujo e Silva)



(Ricardo Pinto dos Santos)

(Carlos Sergio Pinto de Sousa Barros)

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

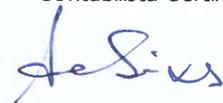
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos Fixos Tangíveis	6	-	70,80
Propriedades Investimentos	7	813 252,06	835 255,56
Total de ativos não correntes		813 252,06	835 326,36
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	43 839,68	67 798,56
Estado e outros entes públicos	14	607,62	-
Outros Créditos a Receber	9	576 391,59	384 476,52
Diferimentos	10	10 555,33	8 853,72
Caixa e Depósitos Bancários	5	1 379 542,07	1 351 646,57
Total de ativos correntes		2 010 936,29	1 812 775,37
TOTAL DO ATIVO		2 824 188,35	2 648 101,73
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital Subscrito		500 000,00	500 000,00
Reservas Legais		128 483,89	128 483,89
Outras Reservas		434 179,06	417 557,38
Excedentes de revalorização		84 617,36	84 617,36
Outras variações no capital próprio		(38 076,00)	(38 076,00)
Resultado Líquido do Período		823 377,20	716 621,68
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	11	1 932 581,51	1 809 204,31
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por Impostos Diferidos	12	5 009,08	5 379,01
Total de passivos não correntes		5 009,08	5 379,01
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	76 237,01	5 807,77
Estado e Outros Entes Públicos	14	65 521,51	88 993,44
Outras Dívidas a Pagar	15	744 839,24	738 717,20
Total de passivos correntes		886 597,76	833 518,41
TOTAL DO PASSIVO		891 606,84	838 897,42
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2 824 188,35	2 648 101,73

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

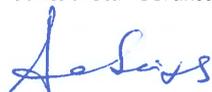
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Vendas e Serviços Prestados	17 e 24	4 175 710,53	3 740 951,91
Fornecimentos e serviços externos	18 e 24	(2 593 020,84)	(2 294 458,51)
Gastos com o pessoal	19	(482 862,88)	(467 639,48)
Outros Rendimentos	20	53 489,61	48 155,38
Outros Gastos	21	(71 355,16)	(74 647,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 081 961,26	952 361,72
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(22 074,30)	(22 074,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		1 059 886,96	930 287,42
Juros e rendimentos similares obtidos	22	1 028,75	2 179,43
Juros e gastos similares suportados	22	(0,03)	(0,05)
Resultado antes de impostos		1 060 915,68	932 466,80
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	23	(237 538,48)	(215 845,12)
Resultado líquido do exercício		823 377,20	716 621,68
Resultados por acção básico		1,65	1,43

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
1	500 000,00	128 483,89	888 503,51	-	84 617,36	529 053,87	2 130 658,63
Alterações no período							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	(38 076,00)	-	-	(38 076,00)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(470 946,13)	-	-	(529 053,87)	(1 000 000,00)
2	-	-	(470 946,13)	(38 076,00)	-	(529 053,87)	(1 038 076,00)
3						716 621,68	716 621,68
4=2+3							716 621,68
Operações com detentores de capital no período							
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	500 000,00	128 483,89	417 557,38	(38 076,00)	84 617,36	716 621,68	1 809 204,31
5							
6=1+2+3+5							
1	500 000,00	128 483,89	417 557,38	(38 076,00)	84 617,36	716 621,68	1 809 204,31
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	16 621,68	-	-	(716 621,68)	(700 000,00)
2	-	-	16 621,68	-	-	(716 621,68)	(700 000,00)
3						823 377,20	823 377,20
4=2+3							823 377,20
Operações com detentores de capital no período							
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	500 000,00	128 483,89	434 179,06	(38 076,00)	84 617,36	823 377,20	1 932 581,51
5							
6=1+2+3+5							

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 855 021,80	3 333 612,81
Pagamentos a fornecedores		(2 410 669,39)	(2 434 819,70)
Pagamentos ao pessoal		(479 402,99)	(468 112,22)
Caixa gerada pelas operações		964 949,42	430 680,89
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(260 693,35)	(202 156,30)
Outros recebimentos / pagamentos		22 581,96	6 460,13
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>726 838,03</u>	<u>234 984,72</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	1 200,00
Juros e rendimentos similares		1 057,50	2 291,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>1 057,50</u>	<u>3 491,65</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(0,03)	(0,05)
Dividendos		(700 000,00)	(1 000 000,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>(700 000,03)</u>	<u>(1 000 000,05)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		27 895,50	(761 523,68)
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>1 351 646,57</u>	<u>2 113 170,25</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>1 379 542,07</u>	<u>1 351 646,57</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA (“Empresa”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, foi alterado em 29 de Julho de 2015 com a publicação do Aviso nº 8256/2015 e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2019.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DA NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Principais políticas contabilísticas

4.2.1 Ativos fixos tangíveis



Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido 20 na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

4.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.4 Propriedades de Investimento

As Propriedades de investimento são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização das Propriedades de Investimento são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Em resultado de todas as avaliações internas que cuidadosamente a Empresa levou a efeito aos demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2019, à inexistência de sinistros relevantes em 2019 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Exma. Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2019, acreditando por isso serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2017 para o imóvel do Edifício do Campo Grande. Contudo, em relação ao imóvel do Edifício do Campo Alegre foi realizada uma avaliação externa, uma vez que, este, no exercício de 2019, não foi objeto de locação. Assim, foi apurado o seu valor de mercado com o intuito de ser um indicador para a aplicação de futuras rendas ou eventual transação.

4.2.5 Instrumentos financeiros

4.2.5.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

4.2.5.2 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custo de custos suportados com a sua emissão.

4.2.5.3 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

4.2.5.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

4.2.5.5 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efetuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

4.2.5.6 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

4.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

4.2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.



Na rubrica do ativo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

4.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de imparidades ao valor do ativo;

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

4.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

5 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Numerário	173,74	198,74
Depósitos bancários	1 379 368,33	1 351 447,83
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>1 379 542,07</u>	<u>1 351 646,57</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>1 379 542,07</u>	<u>1 351 646,57</u>

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Ativo bruto	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2018	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Saldo final a 31 de Dezembro de 2018	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2019	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Saldo final a 31 de Dezembro de 2019	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2018	49 296,34	125 741,05	2 661,59	177 698,98
Aumentos	-	70,80	-	70,80
Saldo final a 31 de Dezembro de 2018	49 296,34	125 811,85	2 661,59	177 769,78
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2019	49 296,34	125 811,85	2 661,59	177 769,78
Aumentos	-	70,80	-	70,80
Saldo final a 31 de Dezembro de 2019	49 296,34	125 882,65	2 661,59	177 840,58
Valor líquido				
A 31 de Dezembro de 2018	-	70,80	-	70,80
A 31 de Dezembro de 2019	-	-	-	-

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Propriedades de Investimento” corresponde aos ativos imobiliários arrendados (Campo Grande e Campo Alegre).

Propriedades de Investimento	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2018	291 308,65	1 112 002,05	1 403 310,70
Saldo final a 31 de Dezembro de 2018	291 308,65	1 112 002,05	1 403 310,70
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2019	291 308,65	1 112 002,05	1 403 310,70
Saldo final a 31 de Dezembro de 2019	291 308,65	1 112 002,05	1 403 310,70
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2018	-	546 051,64	546 051,64
Aumentos	-	22 003,50	22 003,50
Saldo final a 31 de Dezembro de 2018	-	568 055,14	568 055,14
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2019	-	568 055,14	568 055,14
Aumentos	-	22 003,50	22 003,50
Saldo final a 31 de Dezembro de 2019	-	590 058,64	590 058,64
Valor líquido			
A 31 de Dezembro de 2018	291 308,65	543 946,91	835 255,56
A 31 de Dezembro de 2019	291 308,65	521 943,41	813 252,06

Adicionalmente divulga-se o valor contabilístico e o justo valor de cada uma destas propriedades de investimento:

Imóvel	2019				2018	
	Local	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação	Local	Valor Líquido Contabilístico
Campo Grande	Lisboa	330 480,24	-	Externa	Lisboa	338 411,77
Campo Alegre	Porto	482 771,82	502 500,00	Externa	Porto	496 843,79
		<u>813 252,06</u>				<u>835 255,56</u>

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação em 31 de Dezembro de 2019 foi determinado por avaliação imobiliária em 20 de dezembro de 2019 por uma entidade especializada independente – “Urbanflow – Engenharia e Consultadoria, Lda” pelos modelos do Método Comparativo de Mercado e o Método do Rendimento, para o imóvel do Campo Alegre.

Em resultado desta avaliação efetuada e dos critérios de avaliação utilizados concluiu-se que o valor de mercado do imóvel Edifício do Campo Alegre nesta data é de 502.500,00 Euros (nota 4.2.4).

O detalhe dos custos históricos de aquisição de Propriedades de Investimento reavaliado à data de 31 Dezembro 2019 são como segue:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor reavaliado
Terrenos	261 878,97	29 429,68	291 308,65
Efícios e outras construções	466 077,51	55 865,89	521 943,41
	727 956,48	85 295,57	813 252,06

8 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, é o seguinte:

	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Cientes correntes	43 839,68	67 798,56
Cientes de cobrança duvidosa	768,98	768,98
	44 608,66	68 567,54
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	(768,98)	(768,98)
	43 839,68	67 798,56

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Não vencido	-	-
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	40 215,84	-
30 - 90 dias	2 840,50	67 103,78
+ 90 dias	783,34	694,78
Total	43 839,68	67 798,56
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	768,98	768,98
Total	768,98	768,98
Total	44 608,66	68 567,54

O movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte :

Rubricas	01.Janeiro.2019	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2019
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes	768,98	-	-	768,98
Provisões correntes	-	-	-	-
	<u>768,98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>768,98</u>

Rubricas	01.Janeiro.2018	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2018
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes	768,98	-	-	768,98
Provisões correntes	-	-	-	-
	<u>768,98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>768,98</u>

9 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	42 441,17	48 529,41
Comissões a receber	130 203,55	31 320,32
Outros	-	195,15
Outros devedores		
Partes relacionadas	283 453,98	262 538,86
Seguradoras	119 786,94	41 097,30
Outros	505,95	795,48
	<u>576 391,59</u>	<u>384 476,52</u>

A 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a antiguidade dos saldos de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Não vencido	283 639,93	21 075,12
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	119 221,90	20 036,48
31 - 90 dias	386,89	(6 624,50)
91 - 360 dias	474,49	48 684,79
+ 360 dias	23,66	221 259,75
	<u>403 746,87</u>	<u>304 431,64</u>

10 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica Diferimentos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Valores devedores		
Seguros	6 392,38	6 307,63
Fornecimentos e serviços externos	4 162,95	2 546,09
	<u>10 555,33</u>	<u>8 853,72</u>

11 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 500.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

<u>Entidade</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,01%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	49,99%

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus ativos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos acionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa, que podem ser distribuídas após a cobertura de prejuízos acumulados.

Os resultados transitados correspondem a resultados de exercícios anteriores.

Outras variações no capital próprio

No exercício de 2018 foi efetuado um ajustamento nos capitais próprios no montante de 38.076,00€, em virtude da aplicação do reconhecimento do rédito de contratos com clientes.

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos ativos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foi como se segue:

	Impostos diferidos passivos	Impostos diferidos passivos
	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Saldo inicial	5 379,01	5 888,31
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	(369,93)	(509,30)
	(369,93)	(509,30)
Efeito em reservas:	-	-
Saldo final	5 009,08	5 379,01

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Fornecedores gerais	76 237,01	5 807,77
	76 237,01	5 807,77

A 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a antiguidade dos saldos de fornecedores pode ser analisada como segue:

Fornecedores conta corrente	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Não vencido	-	212,15
A pagar		
Até 90 dias	76 237,01	5 934,04
+ 90 dias	-	(338,42)
Total	76 237,01	5 807,77

Os montantes acima referidos respeitam exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Valores devedores		
Imposto sobre o valor acrescentado	607,62	-
	607,62	
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	54 232,98	77 017,92
Imposto sobre o valor acrescentado	-	176,42
Retenções na fonte	3 994,68	3 738,85
Contribuições para a Segurança Social	7 293,85	8 060,25
	65 521,51	88 993,44

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.

15 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Outros credores		
Clientes	-	378,70
Outros	282 719,94	393 206,89
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	347 263,03	235 018,06
Despesas com pessoal	68 233,27	64 990,55
Outros	46 623,00	45 123,00
	<u>744 839,24</u>	<u>738 717,20</u>

Nas outras Dívidas a Terceiros, a rubrica outros inclui o valor de 282.719,94 euros em 2019 e 393.206,89 euros em 2018 respeitante ao valor que a empresa tem de liquidar às seguradoras.

16 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	61 298,91	65 651,53
	<u>61 298,91</u>	<u>65 651,53</u>

Em 31 de Dezembro de 2019 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 50.658,26 euros (48.298,93 euros em 31 de Dezembro de 2018) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer .

Em 31 de Dezembro de 2019 a empresa tinha celebrado, como locadora, contrato de locação operacional, cujos recebimentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	18 000,00	18 000,00
	<u>18 000,00</u>	<u>18 000,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2019 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 18.000,00 euros relativo a rendas recebidas.

17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2019 e 2018 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Por mercado		
Mercado interno	4 173 310,53	3 739 351,91
Mercado externo	2 400,00	1 600,00
	<u>4 175 710,53</u>	<u>3 740 951,91</u>

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Comissões	2 926 644,37	2 693 444,62
Outros	1 249 066,16	1 047 507,29
	<u>4 175 710,53</u>	<u>3 740 951,91</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 25 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como se segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ASF (Nota 25)	2 986 243,89	2 745 999,42
Valor de rappel dotado e não recebido	43 250,00	49 504,01
Dotação de comissões e reversão de dotação do exercício anterior	-49 500,00	-70 887,00
Outros	1 195 716,64	1 016 335,48
Total de comissões nacionais	<u>4 175 710,53</u>	<u>3 740 951,91</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Trabalhos especializados	2 348 039,74	2 045 630,92
Publicidade e propaganda	44 695,92	39 623,96
Comissões	90 051,14	85 726,99
Serviços bancários	1 420,31	1 274,90
Conservação e reparação	2 772,33	26 298,43
Material de escritório	2 672,79	4 473,75
Eletricidade	3 408,12	1 713,08
Combustíveis	3 111,74	3 304,99
Água	2 923,16	1 346,04
Deslocações e estadas	772,77	1 535,19
Rendas e alugueres	53 084,82	52 557,90
Comunicação	25 806,33	18 741,67
Seguros	4 106,95	4 191,88
Contencioso e notariado	483,75	196,00
Despesas de representação	2 704,26	1 400,10
Limpeza higiene e conforto	3 889,32	3 467,80
Outros	3 077,39	2 974,91
	<u>2 593 020,84</u>	<u>2 294 458,51</u>

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa tendo este último tipo de serviço sofrido um aumento no ano de 2019.

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Remunerações	340 053,89	332 585,69
Encargos sobre remunerações	79 026,41	77 788,68
Seguros	20 472,79	22 932,68
Gastos com acção social	11 394,67	7 438,06
Outros gastos com pessoal	31 915,12	26 894,37
	<u>482 862,88</u>	<u>467 639,48</u>

O número médio de funcionários, em 2019 foi de 14 colaboradores (13 colaboradores em 2018).

A rubrica outros é composta no ano de 2019 e 2018, na faturação dos complementos de pensão pagos a dois ex-colaboradores no valor de 21.075,12 euros.

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Rendimentos suplementares	21 765,51	25 595,17
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	-	1 200,00
Outros	31 724,10	21 360,21
	<u>53 489,61</u>	<u>48 155,38</u>

A rubrica de rendimentos suplementares no ano de 2019 e 2018 respeita essencialmente a rendas dos imóveis.

21 OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Impostos	67 860,59	59 925,20
Quotizações	720,00	720,00
Outros	2 774,57	14 002,38
	<u>71 355,16</u>	<u>74 647,58</u>

22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Juros suportados	0,03	0,05
	<u>0,03</u>	<u>0,05</u>
	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Juros obtidos	1 028,75	2 179,43
	<u>1 028,75</u>	<u>2 179,43</u>

23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Imposto corrente	240 379,98	214 878,92
Imposto diferido (Nota 12)	(369,93)	(509,30)
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	<u>(2 471,57)</u>	<u>1 475,50</u>
	<u>237 538,48</u>	<u>215 845,12</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Resultado antes de impostos	1 063 387,25	939 513,80
Benefícios fiscais	(5 970,19)	(9 280,00)
	(2 471,57)	
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas		(600,00)
Constatação de diferenças entre amortizações económicas e fiscais decorrentes de reavaliações	955,96	2 263,54
Outros	<u>2 774,57</u>	<u>14 474,50</u>
	<u>1 058 676,02</u>	<u>946 371,84</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%
	<u>222 321,96</u>	<u>198 738,09</u>
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	-	-
Coleta	222 321,96	198 738,09
Derrama	15 880,14	14 195,58
Tributação autónoma	<u>2 177,88</u>	<u>1 945,25</u>
	<u>240 379,98</u>	<u>214 878,92</u>
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior	(2 471,57)	1 475,50
Impostos diferidos	<u>(369,93)</u>	<u>(509,30)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>237 538,48</u>	<u>215 845,12</u>

24 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções	Outros rendimentos		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Outras partes relacionadas	20 463,26	20 990,47	1 851 130,41	1 648 811,30
	20 463,26	20 990,47	1 851 130,41	1 648 811,30
	Dividendos pagos			
	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018		
Accionistas	700 000,00	1 000 000,00		
	700 000,00	1 000 000,00		
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018	31.Dezembro.2019	31.Dezembro.2018
Accionistas	283 453,98	262 378,86	-	-
Outras partes relacionadas	4 748,84	3 623,84	259 341,87	165 878,85
	288 202,82	266 002,70	259 341,87	165 878,85

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS**PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS**

(para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dezembro)

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

Informação incluída na nota 4.2.8 Rédito e Especialização dos Exercícios.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2019	2018
Numerário	2 986 243,89	2 745 999,42
Espécie		
	TOTAL 2 986 243,89	2 745 999,42

Por tipo	Remunerações (€)	
	2019	2018
Comissões	2 986 243,89	2 745 999,42
Honorários		
Outras Remunerações		
TOTAL	2 986 243,89	2 745 999,42

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2019	2018
		2019	2018	2019	2018		
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	1 620,65	1 549,46	2 251 663,26	2 050 242,36	20 477,19	
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	631,79	573,27	263 637,78	239 728,47	24 463,80	
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.			180 415,63	201 124,09		
1186	Mapfre Seguros de Vida, S.A.	73 379,05	49 395,24				
1194	Generali - Companhia de Seguros, S.A.			51 552,81	60 037,35	11 337,97	
1205	Liberty Seguros, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A.	36,79	263,62	50 464,72	36 918,48		
1200	AIG Europe S.A. - Sucursal em Portugal			33 560,80	27 117,48		
1166	Hiscox Insurance Company Limited			30 703,91	26 903,95		
4835	HCC International Insurance Company Plc (sucursal em Espanha)			12 908,71	10 730,19		
4305	Tokio Marine Kiln Insurance Limited			7 847,15	7 847,15		
1028	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.			7 721,00	11 045,98	1 193,59	
1160	Victoria - Seguros, S.A.			3 595,43	2 786,77		
4608	Mutuelle Générale de l'Education Nationale (MGEN)			2 238,88	1 258,89		
1129	Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.			2 104,05	3 339,72		
1026	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.			1 947,55	2 221,29		
1188	MetLife Europe d.a.c.	1 773,41	2 276,09	10,64			
1184	Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal			1 255,99	4 705,53		
1021	Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.	1 249,19	2 345,29			2 126,97	
1098	Una Seguros de Vida, S.A.	585,95	870,33				
1097	Una Seguros, S.A.			262,19	319,43		
1096	Victoria - Seguros de Vida, S.A.	42,00	35,53				
1132	Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.	30,93					
1029	Real Vida Seguros, S.A.	26,36	1 426,53				
1039	Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S.A.						
1156	Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.		101,99				
1023	Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.						
9999	Outros sem código de mediação	157,00	782,32	4 820,27	52,62		
TOTAL		79 533,12	59 619,67	2 906 710,77	2 686 379,75	59 599,52	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2019	2018
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	75,5%	74,7%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2019	2018
Início exercício	445 899,59	993 625,35
Final do exercício (Nota 4)	518 051,95	445 899,59
Volume movimento do exercício		
A débito	11 366 033,78	10 733 239,93
A crédito	11 293 881,42	11 280 965,69

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2019	2018	2019	2018
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	2 352,32	9 322,41	2 974,05	10 887,73
Empresas de seguros	119 786,94	41 097,30	280 352,49	390 046,21
Outros mediadores		-,00	148,42	-,00
TOTAL	122 139,26	50 419,71	283 474,96	400 933,94

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2019	2018	2019	2018
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	119 786,94	41 097,30	280 352,49	390 046,21
Outras quantias				
TOTAL	119 786,94	41 097,30	280 352,49	390 046,21

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício).

Informação divulgada nota 8.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2019	2018
Garantias (caução)	-,00	-,00

Garantia nos termos da alinea d) e nº 1 do Art.19 do Dec.Lei 144/2006, de 31 de Julho na redacção dada pelo Dec.Lei 359/2007, de 2 de Novembro

j) Transmissão de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ASF	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2019	2018	2019	2018
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	2 253 283,91	2 051 791,82	75,5%	74,7%
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	264 269,57	240 301,74	8,8%	8,8%
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.	180 415,63	201 124,09	6,0%	7,3%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável



26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data de balanço, no início de 2020, Portugal e o Mundo foram atingidos por um surto de coronavírus, denominado cientificamente por Covid-19, oriundo da China.

Este surto foi considerado pandemia pela OMS provocando uma grave instabilidade económica e social, em todos os países, sem ainda o final à vista.

Para combater a propagação do coronavírus foram implementadas medidas de distanciamento social, o encerramento de escolas e o encerramento de muitas empresas e estabelecimentos comerciais e de serviços que irá provocar, indubitavelmente, uma quebra significativa na sua atividade e na sua faturação.

Perante este cenário angustiante, a MDS Auto encontra-se ainda numa posição equilibrada.

Apresentou apenas, um decréscimo, não muito significativo, no seu volume de negócios, não tem dívidas perante o Estado, fornecedores e colaboradores e têm disponibilidades para suportar as dívidas que decorrem do normal funcionamento da empresa a médio e longo prazo.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração de 7 de abril de 2020, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Contabilista Certificado,



(Ana Isabel Seixas Pires)

O Conselho de Administração,



(José Diogo Carneiro de Araujo e Silva)



(Ricardo Pinto dos Santos)

(Carlos Sergio Pinto de Sousa Barros)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.824.188 euros e um total de capital próprio de 1.932.582 euros, incluindo um resultado líquido de 823.377 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal

Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

mm

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

7 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.